

# PT RESPONDE AO PACOTE: DIRETAS JÁ!

Gregg I. Newton

Não adianta o governo da Nova República querer remendar. A roupa está velha e os remendos são do mesmo pano roto e antigo. O pacote III que leva o nome do mais recente ministro da Fazenda, o Sr. Bresser Pereira, é um exemplo disso. Nada o diferenciou dos pacotes dos tempos da Ditadura: vem por decreto, não penaliza os privilegiados, atende aos interesses do FMI, arranca dos assalariados com o arrocho, o dinheiro para pagar a dívida externa, escamoteia dados, forja estatísticas.

Desgraçadamente para a maioria do povo vão-se repetir os mesmos resultados dos pacotes anteriores. Essas medidas só fazem melhorar a vida e os ganhos de quem vive de rendas, juros, dividendos e sacrifica ainda mais quem vive de salários, pensões e aposentadorias.

Têm razão os milhares de professores da rede pública do RS, RJ, MG, SP e de outros estados, em greve há vários dias. Note-se que todos esses estados são governados pelo PMDB.

O povo tem razões de sobra para se opor a esse governo e à sua política, por isso é cada vez mais ouvido: "PMDB nunca mais". Ganha corpo em todo o país a campanha popular contra Sarney e a Dívida, Diretas Já.

Olívio Dutra

JULHO DE 1987

Cz\$ 10,00

N.º 29



ÓRGÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL  
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



**Exclusivo: o último racha da quarta (pág. 9)**

**Lula diz aos generais da ESG: novas aventuras antidemocráticas não vão resolver nada (págs. 6 e 7)**

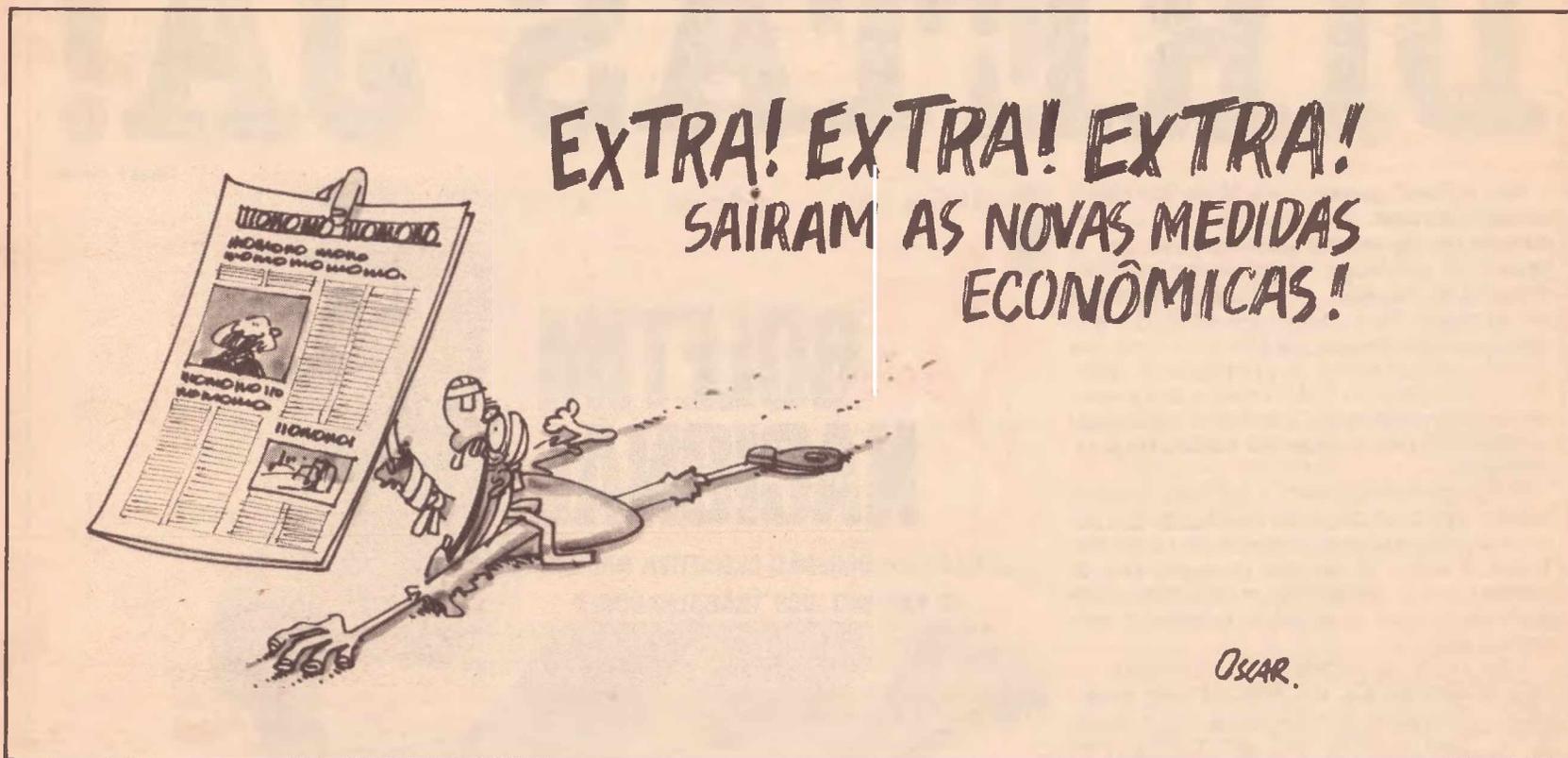
**Latifundiários assassinam mais um líder dos trabalhadores. A morte de Paulo Cesar Fonteles (pág. 4)**

**Bresser Pereira quer pagar a dívida com a fome do povo - Tancredo estremece no túmulo (Cláudio Cerri pág. 2, protesto do PT pág. 9)**

**Constituinte: o povo está levando a pior (Marcio Araújo, pág. 4)**

# O PMDB engata a marcha-à-ré e reedita

**Desta vez até a FIESP acha que Ulysses, Sarney e Bresser exageraram**



I

Não existe nada mais parecido com uma ditadura do que a política econômica de um governo liberal de direita, em desespero. Infelizmente, o último pacote econômico parece comprovar essa tese. Por isso, tão importante quanto denunciar a volta do arrocho — óbvia, indiscutível — é avaliar as condições em que ele se deu. O arrocho dessa vez voltou pelas mãos do maior partido de centro-direita do país, aquele que desfruta da maior representatividade parlamentar. Essa constatação é dramática. Ela evidencia, de um lado, a extrema penúria de alternativas à disposição da burguesia para enfrentar a crise. Ao mesmo tempo, torna transparente a inexistência de qualquer articulação mais consistente das forças de esquerda para deter a marcha-à-ré escandalosa que os liberais e centristas vêm impondo ao país nos últimos meses. Isso vale tanto para a política econômica, como para a Constituinte, e demonstra que a estratégia de resistência utilizada até agora pela esquerda já não funciona mais.

II

cialmente pela Nova República preocupa a própria burguesia. O patronato sabe que tem o governo nas mãos — Sarney topa qualquer uma para ficar no poder — mas tem dúvidas se a articulação atual do Estado é suficientemente forte para dar conta da crise. O pacote de junho é uma tentativa desesperada da direita-liberal (PMDB et caterva) de provar que sim. A FIESP não acredita e sugere que o trio-de-ouro (Sarney, Ulysses e Bresser) talvez tenha exagerado na dose do arrocho, praticando um “over-shooting”, como gostam de dizer os economistas de direita. Afinal, a aceleração inflacionária já vinha impondo perdas crescentes, graduais, aos trabalhadores. O golpe de morte desfechado pelo ministro Bresser fez o trabalho sujo de uma só vez: antecipou e concentrou o massacre. O medo de que isso gere reações explosivas levou a FIESP (que tempos...) a reivindicar um abono para os assalariados mais pobres...

III

plosão dos juros. As falências e concordatas vinham dobrando mês a mês entre as pequenas e médias empresas em São Paulo. 3) A pressão desses setores contra o governo começou a adquirir contornos de movimentos organizados — Movimento dos Empresários de Base (mais radical que a FIESP), passeatas de empresários na FENIT, bloqueio de estradas na área rural etc. 4) A crise de insolvência começou a respingar sobre o próprio capital bancário. Já no início de maio, grandes bancos de São Paulo passaram a acumular volumes crescentes de créditos “em liquidação” — em bom português, calote —. Por conta disso, a lucratividade de um deles estava comprometida já por seis meses. 5) O capital estrangeiro intensificou suas remessas, cancelando investimentos maciçamente. As projeções do Banco Central indicavam que até dezembro, em termos líquidos, as multinacionais iriam remeter às matrizes US\$ 1,2 bilhão a mais do que reinvestiriam no país. 6) Tudo isso, claro, minava o mandato quinquenal de Sarney.

IV

O que levou o PMDB a rezar o receituário do arrocho com tamanho fanatismo, a ponto de espantar a própria FIESP? 1) O processo inflacionário, desencadeado pelos empresários e banqueiros para anular o gatilho estava levando a economia ao descontrole. A meta do grande capital era impor uma inflação de 1.300% ao ano nas costas do operariado (25% ao mês). 2) Mas se isso transformava o salário em pó — perda real de 60% em 12 meses, mesmo mantido o gatilho —, levava de roldão também vários segmentos da própria burguesia, sob impacto da ex-

Em resumo, o ajuste “selvagem” — via explosão de preços e juros —, comandado diretamente pela burguesia mostrava-se perigoso demais para o governo. Então o PMDB disse: “Deixa comigo, que eu faço melhor”. E o ministro Bresser Pereira montou o seu planozinho para extorquir, de uma só patada, e de forma indolor para a burguesia, algo como 35% a 50% da renda real dos assa-

A rapidez, a velocidade incrível com que o modelo de ajustamento imposto pela ditadura em 1964/67 e 1981/83 foi retomada pelo Estado brasileiro, num quadro político completamente distinto, também dá o que pensar. O esvaziamento acelerado das propostas reformistas — liberais empunhadas ini-

# o arrocho



lariados. Operoso, o ex-funcionário do Pão de Açúcar decretou: uma máxi de 9,5%; suprimiu a inflação brutal de junho para efeito de cálculo salarial (mas preservou-a, claro, para efeito de remuneração das aplicações financeiras); acabou com o gatilho e expropriou o resíduo inflacionário até maio, que só será devolvido em conta-gotas ao trabalhador. Tudo somado, deu um golpe de uns 40% sobre a renda real e de quebra determinou que os salários -- daqui a três meses -- passem a ser corrigidos pela média da inflação passada, o que, num país de preços ascendentes é arrocho na certa.

## V

Um prato digno de um Roberto Campos (1964/67) e tão vigoroso quanto a receita de Delfim no arrocho de 1981/83. Naquele triênio, "o Gordo" promoveu uma queda de 11% na renda per capita do país, comprimiu a demanda interna e o emprego, o que levou a um saldo comercial recorde de US\$ 13 bilhões, em 1984 para a satisfação dos credores. A reação sindical, porém -- mais de 280 greves em 1984 que destruíram na prática três tentativas de políticas diferentes para conter os salários -- abalou o modelo exportador. Ao final de 1985 ele começou a fazer água. Em 1986 o saldo reduziu-se a US\$ 8,5 bilhões empurrando o Brasil para a moratória e provando ser inconciliável a expansão da demanda interna e o pagamento da dívida.

## VI

Agora, para se preservar no poder, o PMDB resolveu recauchutar a mesma estratégia esgotada nas mãos de Delfim, em 1984. Claro que os técnicos atuais da Fazenda têm uma desculpa teórica que os diferenciaria do bando do "Gordo". Segundo eles, graças ao processo de substituição de importações, iniciado sob o governo Geisel, o Brasil tornou-se auto-suficiente em uma série de insumos, que deixaram de ser importados com uma economia da ordem de US\$ 7,5 bilhões/ano. Ou seja, o país teria ampliado a sua capacidade estrutural de gerar saldos comerciais crescentes, sem depender tanto de um arrocho interno para isso. A economia estaria apta, portanto, a conciliar taxas razoáveis de crescimento com o pagamento da dívida. O modelo exportador deixaria de ser sinônimo de arrocho. Isso só não deu certo no Cruzado por "excesso de demanda". Essa é a tese. Na prática, porém, ela não foi levada a sério nem por eles: no pacote, os exportadores ganharam uma máxi de incentivo e os trabalhadores, uma porrada, como nos velhos tempos.

Cláudio Cerri

# Lições de uma vitória

Lisy Leuba Salum

**Trabalhamos no sentido de manter uma aliança para derrotar Quéricia, apesar das divergências político-ideológicas com o PDS e o PTB.**



José Dirceu

É preciso se ver, através dos números, orçamentos, assembleias, debates e passeatas, a verdadeira natureza da luta que o funcionalismo de São Paulo travou com o Governo e o papel que o PT e sua bancada desempenharam nessa batalha.

No início, tratava-se de impedir que o funcionalismo estadual tivesse seus salários arrojados com o fim do gatilho e com a imposição da semestralidade, numa economia com taxas de inflação de 20% ao mês. O argumento básico do Governo era a queda da arrecadação do ICM e a consequente impossibilidade de o Estado arcar com as despesas de pessoal se o gatilho fosse mantido.

Todo o esforço da bancada do PT foi dirigido no sentido de desmontar esse argumento, mostrando, num primeiro momento, que o Governo mentia e manipulava. Isto foi feito com o apoio da assessoria técnica do PT: os secretários das secretarias da Administração e da Economia e Planejamento que compareceram à Assembleia não conseguiram sustentar os dados e previsões do Governo.

Esta primeira investida da bancada do PT foi bem sucedida, principalmente porque crescia a mobilização do funcionalismo público, coordenada pelo Grupo dos 19, que, desde o início, concentrou suas assembleias no pátio da Assembleia Legislativa do Estado e ocupou suas galerias, numa tática acertada de articulação da greve, com mobilizações e pressões sobre o campo institucional, onde os partidos da oposição poderiam derrotar o projeto do Governador, desde que a bancada situacionista fosse dividida.

Para se dividir as bancadas do PMDB/PFL, foi necessário se ir além das discussões técnicas do orçamento, passando para a discussão política e social e, assim, aumentar a greve e a mobilização do funcionalismo, ampliando-se o processo de pressão aos deputados situacionistas, em suas bases do interior e dentro do próprio PMDB.

Com este objetivo, nossa bancada e a Executiva estadual iniciaram uma ofensiva política sobre a bancada do PMDB na Assembleia, apoiando, simultaneamente, o funcionalismo nas mobilizações do Interior.

Além disso, trabalhamos no sentido de manter uma aliança para derrotar o Governo, apesar das divergências político-ideológicas com o PDS e o PTB. Essa ofensiva apoiou-se na cobrança de compromissos, eleitorais e sociais, do PMDB e do Governador Quéricia com os funcionários públicos e os trabalhadores e, ainda, na denúncia do caráter clientelista e corrupto do quercismo, cujos objetivos estão pautados pela ambição à Presidência da República e pelo apoio à transição conservadora. Apoio este que se traduz na sustentação do Governo Sarney e à sua pretensão de 5 anos de mandato, de direita da Nova República, de uma Constituinte submissa ao Planalto e a projetos como os da Ferrovia Norte-Sul.

Um governo que pregou a reforma tributária, a luta contra a corrupção e as reformas sociais, opta, agora, por cortar gastos com pessoal e arrochar salários, quando podia e pode fazer uma reforma, enxugando a máquina administrativa, acabando com os marajás e, principalmente, combatendo a sonegação. Um partido que pregou a democracia e a participação, a fiscalização e o controle sobre os recursos públicos e a adminis-



Manifestação dos professores contra o arrocho salarial.

tração impunha à Assembleia Legislativa a votação, em regime de urgência, de seu primeiro projeto de lei, recusava-se a negociar com o funcionalismo, mandava descontar o dia dos funcionários grevistas e não apresentava ao Legislativo e ao povo paulista um plano de Governo. No entanto, o mesmo governo fala em construir um trem-bala, em enterrar bilhões de cruzados no rio Tietê e não pára de criar secretarias e cargos e de nomear parentes e amigos.

A ofensiva do PT foi bem sucedida porque esteve articulada e a serviço da mobilização do funcionalismo, coordenada com o Grupo dos 19, que dirigiu todo o movimento. Graças à unidade do funcionalismo, à combinação correta da greve com a mobilização, à clareza de que o campo de batalha era o plenário da Assembleia Legislativa mas que as armas e a munição eram a mobilização e a greve, foi possível rachar a bancada do PMDB e depois a do PFL.

Quando a conjuntura começou a mudar com a guinada à direita e continuísta do Governo Sarney, abertamente apoiado pelos quartéis, o desgaste dos deputados situacionistas junto às suas bases e o descrédito do PMDB junto ao seu eleitorado romperam a unidade do PMDB, fazendo com que 16 deputados votassem contra o projeto Quéricia, infringindo ao Governador uma grande derrota.

Apesar da política quercista de não pagar o gatilho, da liminar sobre a inconstitucionalidade que conseguiu no STF, da campanha que seus apaniguados promoveram na imprensa contra o funcionalismo, milhões de paulistas vão, aos poucos, identificando o PMDB e Quéricia com a traição, a demagogia eleitoral e com o passado imobilista.

A bandeira das reformas da democracia vai saindo das mãos peemedebistas, enquanto os trabalhadores continuam lutando pelo novo. Cabe ao PT estar à altura da exigência histórica e ser o instrumento político desta luta de nosso povo por democracia e igualdade social.

José Dirceu

PT CONSTITUINTE

# Direita aciona o rolo compressor

**Eles estão organizados, mas nada é definitivo. Tudo vai depender da pressão do movimento popular sobre o Congresso.**

As votações nas Comissões da Constituinte, encerradas dia 14 de junho, reafirmaram a tendência conservadora dos relatórios das Subcomissões. Pelo resultado, até agora, é inviabilizada a Reforma Agrária, cai o monopólio estatal do petróleo, fica inalterado o papel das Forças Armadas, é instituído o voto distrital misto e permanece a vontade de Sarney em permanecer 5 anos na presidência da República. Por outro lado, algumas reivindicações históricas dos trabalhadores são consagradas, a princípio, pela Comissão da Ordem Social, como a jornada de trabalho de 40 horas, estabilidade no emprego, direito de greve, autonomia sindical e equivalência entre os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos.

Entretanto, nada disto é definitivo. Cabe, agora, à Comissão de Sistematização elaborar um projeto de Constituição, que até 15 de julho começa a receber emendas de parlamentares e emendas de iniciativa popular. Portanto, os avanços sociais obtidos até agora podem ser revertidos, como podem cair pelo menos uma parte das propostas aprovadas pela direita.

Isso dependerá da pressão que o movimento popular for capaz de fazer sobre o Congresso Constituinte.

Uma coisa, porém, está clara: os interesses antipopulares estão fortemente organizados na Constituinte. A atuação dos testas-de-ferro do Palácio do Planalto articulada com o latifúndio armado e com lobies empresariais têm mostrado, em muitos casos, a eficácia de sua estratégia.

Para manter seus privilégios usam de tudo e não medem limites éticos: abordam parlamentares com ofertas de empregos - dispondo para isso de 10 mil cargos em todo o País -, concebem a revelia de qualquer critério de emisoras de rádio e TV; lideranças do PMDB fazem corpo mole quanto à presença de seus liderados em votações; PMDB e PFL substituem titulares progressistas das Comissões por suplentes conservadores, comprometidos com interesses empresariais e com o Palácio do Planalto. A munição dos lobies incluem ofertas em dinheiro e ameaças de morte.

As pressões de direita culminam

na Comissão da Ordem Econômica. Já na véspera da votação era assassinado Paulo Fonteles, conhecido advogado de trabalhadores rurais no Pará. A UDR, cujo quartel general foi confortavelmente instalado num hotel de 5 estrelas, levou a Brasília cerca de mil pessoas, que dividiram com trabalhadores rurais de todo o País o espaço das galerias da Câmara.

O presidente da Comissão, deputado José Lins (PFL/CE), ao invés de colocar em votação o documento do relator, como manda o regimento, colocou as emendas

sequer prevê a desapropriação de solo urbano por interesse social.

Na Comissão da Família, Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, a maioria conservadora derrubou o documento do relator considerado progressista. Mas suas tentativas de golpes regimentais tropeçaram na enérgica resistência da ala progressista e das galerias - que jogaram dinheiro (cédulas antigas) sobre os parlamentares de direita, num protesto contra os lobies das grandes empresas de comunicação, das escolas particulares e das multinacionais da Informática.



de parlamentares ligados à UDR. Estabeleceu aí o tumulto, com os protestos dos progressistas e a troca de empurrões. Na confusão, José Lins levou um tapa na cara. Nas galerias, enquanto o pessoal da UDR gritava "comunistas" e "vagabundos", os trabalhadores rurais respondiam: "assassinos" e "facistas". Era a luta de classes refletida nas vozes das Galerias do Parlamento.

Os reacionários tinham maioria na Comissão da Ordem Econômica e acabaram impondo o seu texto.

No tocante à questão agrária aprovou um documento retrógrado até mesmo em relação ao Estatuto da Terra, do Regime Militar. Considerou empresa nacional qualquer empresa cujos dirigentes sejam "domiciliados no país". Empresas públicas só poderão receber subsídios extensivos a empresas privadas. As empresas públicas perdem o monopólio do refino de petróleo, enquanto as multinacionais ganham o direito de explorar o subsolo e a energia hidroelétrica. O relatório

Com o impasse, caberá ao relator da Comissão de Sistematização elaborar o relatório daquela Comissão.

Apesar de algumas derrotas, a Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher inclui no seu relatório final várias propostas democratizantes. É o caso do voto voluntário às pessoas entre 16 e 18 anos e a desapropriação de terras inaproveitadas, propostas rejeitadas na Comissão de Organização Eleitoral e na Ordem Econômica.

Foi aprovada, também, proposta do PT de submeter a nova Carta a plebiscito.

As Forças Armadas, o clientelismo e o presidente Sarney saíram vitoriosos na Comissão da Organização Eleitoral, com a manutenção do papel dos militares "responsáveis pela defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem", com o voto distrital misto e o mandato presidencial de 5 anos. O PT conseguiu aprovar emenda dos deputados José Genoíno que diz: "a decretação dos

estados de defesa e de sítio não poderá atingir o direito à vida, integridade pessoais; a não retroatividade da lei criminal, a liberdade de consciência e religião e o direito de defesa".

A maioria da Comissão dos Poderes e Sistema de Governo também resolveu dar 5 anos para Sarney, além de aprovar o casuístico "neoparlamentarismo", destinado a institucionalizar, a partir de 15 de março de 1988, a divisão de poderes entre o presidente da República e o do PMDB. Os ministros militares, por esse sistema, só são atingidos por voto de desconfiança quando coletivo, caindo, assim, todo o ministério.

Os maiores avanços foram conquistados durante a segunda fase da Constituinte, na Comissão da Ordem Social. Várias propostas apresentadas pelo PT foram aprovadas com pequenas modificações. Fracassaram as tentativas dos empresários-parlamentares de obstruir os trabalhos diante da eficiente articulação promovida pelos nossos parlamentares e outros de esquerda, com parlamentares de "centro".

Passaram as propostas de estabilidade após contrato de experiência de 90 dias, jornada máxima de 40 horas semanais, direito de greve extensivo aos servidores públicos - cabendo aos próprios trabalhadores garantir a continuidade dos serviços essenciais à comunidade -, remuneração do trabalho noturno 50% superior com hora de 45 minutos, é constituído sistema único de saúde, com participação da população na formulação e controle dos serviços, o poder público poderá intervir nos serviços privados de saúde podendo desapropriá-los.

A atuação da bancada petista, além das articulações que promoveu com outras forças progressistas e com o suporte que deu à pressão popular sobre a Constituinte, pode ser expressa numericamente: cerca de 3 mil propostas, emendas e destaques foram apresentados até agora. Proporcionalmente é a bancada que apresentou o maior número de propostas, sendo que entre as propostas de interesse popular que conseguiram aprovação, vários são de autoria dos constituintes do PT. Márcio Araújo

# Paulo Fonteles, in memoriam

Morreu no último dia 11 de junho o companheiro Paulo Fonteles. Assassinado por pistoleiros, como ele próprio previra muitas vezes.

Mais uma ação vitoriosa da UDR, do latifúndio, das grandes empresas agropecuárias, dos especuladores e dos grileiros de terra. Dos inimigos da reforma agrária, enfim...

Embora absolutamente saturado de escrever em memória de companheiros assassinados brutalmente na defesa de nossos direitos (Santo Dias, Orlando e Sybele, Josimo, Wilson Pinheiro, Margarida Alves e tantos outros), quero deixar aqui mais essa homenagem, na esperança de que seja a última vez (embora saiba que não).

Paulo Cesar Fonteles Lima, um homem de idéias e de coragem. Preso nos idos dos anos 70, no Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília, com sua primeira esposa, na época grávida, sofreu inúmeras torturas. Teve bom comportamento. Resistiu. Solto, voltou para Belém e continuou a militar. Fundador da Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará (SDDH/PA), passou a integrar a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita.

Ao mesmo tempo, foi um dos fundadores do jornal *Resistência*, um dos poucos periódicos combativos na época do Regime Militar.

Sua disposição de luta e dedicação ao movimento eram conhecidas. Acompanhou, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, os familiares dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, em memorável caravana que coletou as informações que possibilitaram ingresso da ação judicial ora em tramitação na Justiça Federal.

Advogado. Morreu um advogado, num país em que o sucesso da advocacia é medido nas defesas dos banqueiros do jogo do bicho, dos promotores dos grandes escândalos financeiros, dos grileiros, das transações, dos sonegadores de impostos.

Morreu um advogado no estrito cumprimento do verdadeiro sentido da profissão: o de promotor da Justiça. Restaurador da Verdade. Defensor dos fracos e oprimidos. Dos posseiros e injustiçados.

Homem. Morreu um homem, num país em que os homens não são considerados pelas suas idéias, mas pelos extratos polpudos de suas contas bancárias, pelas intimidades que possam nutrir com os políticos encastelados nas mordomias do poder.

Morreu um homem de idéias, num país em que homem é aquele que consegue levar vantagem em tudo.

Militante político. Morreu um militante político, defensor de suas concepções políticas e transformadoras da sociedade, num país em que os políticos caracterizam-se pelas permanentes mutações e traições aos compromissos assumidos com os eleitores, pelas alianças as mais espúrias.

Advogado. Homem de idéias. Militante político coerente. Morreu um brasileiro digno de suas idéias. Um símbolo na luta da libertação do povo.

Luis Eduardo Greenhalgh

PALAVRA DE LÍDER

## Transição ou ruptura? A opção do PT

Perseu Abramo

*O primeiro passo é apressar o fim do mandato de Sarney e eleger diretamente um novo Governo comprometido com uma alternativa popular e democrática a isso que está aí.*



O que existe na atual transição brasileira que possa efetivamente atender aos interesses da classe trabalhadora, da imensa maioria da população? Praticamente nada!

A suposição de que essa transição seja democrática, e de que, portanto, cabe à classe trabalhadora preservar-lhe o significado essencial e evitar que se desvie para a direita, constitui um fatal equívoco de análise. É assim - como "transição democrática" - que ela é apresentada ao conjunto da sociedade pelos seus principais autores e beneficiários, a elite das classes dominantes. Mas, de fato, ela não é democrática nem no processo e nem nos propósitos.

As iniciativas que a burguesia brasileira vem tomando desde 1982/83 nos campos político e sócio-econômico - com tolerância, respaldo, apoio e participação de setores militares - tem como objetivo maior conservar o sistema capitalista, reforçar o Estado burguês, aumentar a taxa de exploração da mais-valia e manter a classe trabalhadora afastada das decisões.

E a classe dominante tem conseguido conduzir esse projeto com relativo êxito, mesmo sendo obrigada a aperfeiçoar o sistema, modernizar o Estado e a fazer, aqui e ali, uma ou outra concessão à ritualística da democracia formal.

Mesmo neste último caso, tais concessões são rigorosas e extremamente planejadas para serem contidas nos limites do aparente, sem jamais tocar no essencial: o Colégio Eleitoral de 84 substituindo a campanha popular das diretas; o Congresso Constituinte de 86/87 no lugar de uma Assembléia Nacional livre e soberana; uma Constituição que ameaça ser mais retrógrada do que a vigente, um mandato presidencial que tenta ser mais longo que o desejado pela população.

Em suma: a transição brasileira foi concebida, e está sendo implantada, não para fazer o País passar de uma ditadura para uma democracia. Mas para fazer passar a ditadura de classe de uns setores a outros da própria burguesia: de setores vinculados basicamente às multinacionais, aos grandes banqueiros e aos grandes empresários exportadores para áreas mais amplas da burguesia, capazes de abranger os setores rurais, o empresariado vinculado ao mercado interno, o alto comércio etc.

A transição, em última análise, significou e significa uma reapropriação do Estado por parte de toda a grande burguesia, e não apenas - como nos tempos do regime militar - por parte de algumas áreas privilegiadas e vinculadas à tecnoburocracia estatal.

Os sucessivos reajustes de orientação econômica, que começam em meados de 1985 e cujo último ato é o pacote Sarney-Bresser, exprimem exatamente esses movi-

mentos de acomodação dos muitos setores empresariais no aparelho do Estado e no conjunto das atividades produtivas.

Por isso é que todos os pacotes, sem exceção, "têm dado certo" em alguma medida. Têm dado certo do ponto de vista dos interesses da burguesia: um plano corrige os defeitos do outro, um pacote contempla um setor deixado de lado no pacote anterior. Mas, em todos eles, o "acerto" das medidas tem uma constante: são a classe trabalhadora - como assalariada - e a imensa maioria da população - como consumidora - que têm de pagar os benefícios econômicos, sociais e políticos usufruídos pela classe burguesa.

Por essa razão é que o Governo Sarney não implanta seus pactos sociais, sindicais ou políticos. A burguesia, na verdade, prescinde de um pacto, quando tem à sua disposição forças policiais e militares para impor a repressão. E a classe trabalhadora não tem o que pactar com a burguesia, que já lhe expropria cotidianamente a força produtiva, o resultado do trabalho, e a efetiva participação política.

Não obstante, caberia à classe trabalhadora introduzir-se à força no processo de transição e impor-lhe processos e objetivos completamente opostos aos atuais - no rumo, por exemplo, da democracia? Não, porque essa transição não foi feita para isso. Foi feita, precisamente, para evitar a democracia real, para conservar todo o domínio das elites sobre as massas.

Não se trata, portanto, de mudar ou melhorar a transição. Para conquistar a democracia, a classe trabalhadora tem de construir a ruptura, no lugar da transição.

Ruptura exatamente com as forças que a mantêm exploradas e dominadas, com as instituições às quais não tem acesso, com os aparatos e mecanismos de cujo domínio não participa.

O que significa isso, em termos concretos? Se não ainda uma ruptura revolucionária com o sistema capitalista, certamente uma ruptura democrática com os mecanismos e as instituições de exploração econômica e de opressão política mais flagrantes.

No momento, o passo fundamental a ser dado é o apressamento do fim do mandato do atual Governo e a eleição direta de um novo Governo comprometido com os interesses da classe trabalhadora. Um novo Governo capaz de formular e implantar uma política institucional, nos campos social e econômico, que constitua uma alternativa - isto é, outra coisa - a isso que está aí. Alternativa que tem de ser popular e democrática, e capaz de atender já às necessidades sociais, econômicas e políticas da classe trabalhadora, e igualmente capaz de abrir espaços para transformações mais profundas e radicais da sociedade.

# LULA AOS GENERAIS DA ESG: "Novas aventuras ar

*Na Escola Superior de Guerra, o líder operário e fundador do PT deu uma longa e paciente aula sobre as lutas operárias, os males causados ao país pelo movimento militar de 1964 e agravados pelas falsas promessas da Nova República. Eis a síntese da parte final da fala de Lula aos generais.*

“Em política, como em tudo na vida, o que vale são os atos. Os discursos, os programas e propostas só têm validade se correspondem aos atos, à ação prática. Nesse sentido, a comparação entre o Partido dos Trabalhadores e os demais partidos é francamente favorável ao primeiro. A médio e longo prazo, mantidas as condições democráticas do jogo político, o Partido dos Trabalhadores tende a firmar-se cada vez mais, capacitando-se para conquistar e exercer o poder político.

Os partidos que eram oposição até 1984 e que agora detêm o poder político, criticavam o velho regime por haver, entre outras coisas, imposto ao país a maior recessão de nossa história, em 1983, e haver submetido a classe trabalhadora a um sistema salarial de expropriação de renda sem precedentes. Com muita razão denunciavam que a política econômica estabelecera um eficiente mecanismo de exploração dos mais fracos, através do sistema de correção monetária generalizada dos haveres financeiros, sistema esse garantido pelo Estado todo-poderoso. Esse sistema conformava-se num mecanismo de proteção do patrimônio e da renda do capital privado, em detrimento da renda do trabalho, consistindo no principal maquinismo de transferência de renda dos mais pobres, os trabalhadores, para os mais ricos, os capitalistas.

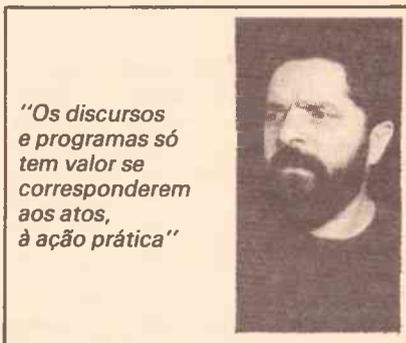
Os contrastes da distribuição da renda no Brasil são por demais conhecidos e não carecem demonstração. Cerca de 2/3 da população brasileira estavam vivendo, em 1984, em estado de pobreza absoluta ou miséria, sem nenhuma renda inferior a um salário mínimo. Mas havia 1% da população que se apropriavam de quase 14% da renda nacional e outros 4% que se apropriavam de 19%. Da renda declarada, estatisticamente verificável, porque infelizmente a realidade é ainda mais distorcida em termos de sua distribuição real . . . . .

“O PMDB e, depois o PFL, diziam que era necessário mudar esse quadro, mudar a política econômica e com tal mudança, criar as condições para melhorar a distribuição de renda, diminuir as faixas de miséria e estabelecer melhores padrões de vida. O Plano Cruzado foi apresentado como a salvação dos pobres e deserdados. Ao eliminar a correção monetária proclamou eliminar o mecanismo básico da especulação financeira e da exploração das classes trabalhadoras de assalariados e pequenos produtores urbanos e rurais. Ao decretar o congelamento

dos salários e dos preços, imaginou liquidar de um só golpe com a inflação . . . . .

“Ao dar à luz o Plano Cruzado, sem acompanhá-lo de medidas políticas efetivas que coibissem a especulação com os estoques, que mantivessem os juros num patamar razoável, que controlassem os custos nas fontes produtivas e que proibissem a especulação bancária através da cobrança dos serviços, os partidos que detêm o governo desorganizaram o sistema produtivo. E pior, criaram as condições para o retorno redobrado de todos os mecanismos perversos de espoliação das classes trabalhadoras brasileiras.

Se os trabalhadores assalariados, num primeiro momento, tiveram sua pobreza congelada e foram obrigados a enfrentar o ágio e a falta de mercadorias nas prateleiras, no momento seguinte o retorno descontrolado da inflação fez com que o disparo do gatilho salarial se tornasse ineficaz para manter seu poder aquisitivo. Entre novembro de 1986 e fevereiro de 1987 o salário médio real sofreu uma redução de 13,2%, enquanto a massa salarial decresceu 11,6%. E até junho de 1987 acumularam-se 11,57% de resíduos salariais, aprofundando ainda mais aquela queda.



*“Os discursos e programas só tem valor se corresponderem aos atos, à ação prática”*

Apesar disso o governo não se cansa de falar em reivindicações “irreais”. Perguntamos se é “realista” suportar um corte de 40% nos rendimentos? Se é “realista” admitir que a inflação de mais de 20% de junho não seja considerada no disparo do gatilho salarial? E se a recessão, para garantir meios de pagar os juros da dívida externa, seguindo a receita do FMI, é “realista” para nosso País?

Mas a dicotomia entre os programas dos partidos dominantes e sua prática não é gritante somente em relação aos assalariados. Ela existe também para os pequenos produtores urbanos e rurais. Não há no Brasil quem, teoricamente, seja contra essa grande parcela da população trabalhadora. Tanto os governos militares quanto o atual governo sempre declararam que o pequeno produtor era o objetivo principal de suas políticas econômicas. Todos, sem exceção, morreram e morreram de amores pelos microempresários, cantados e louvados como os verdadeiros sustentáculos da Nação.

Entretanto, toda a legislação fiscal e tributária, toda a política de incentivos e subsídios, toda a política econômica real, industrial, agrícola e comercial, só tem penalizado os pequenos produtores e beneficiado a grande empresa, os banqueiros e os latifúndios . . . . .

“O Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) voltado para a agricultura, segundo conclusões de relatório, “limitou-se a incentivar a modernização do latifúndio, orientando-se basicamente para grandes propriedades com superfície média superior a 4.500 ha”. Isso numa região em que a área média das propriedades, segundo o INCRA, é de 37 ha. Por sua vez, o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) orientou-se para beneficiar propriedades com área média de 10 mil ha, havendo beneficiários com 100 mil ha. e mais . . . . .

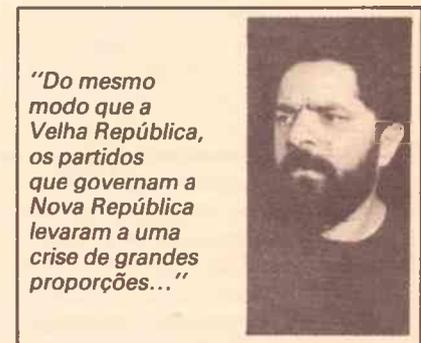
Mais de 50% dos latifundiários beneficiados com incentivos fiscais continuaram, depois de vários anos, na antiga classificação de Latifúndios por Exploração ou, como são popularmente conhecidos, latifúndios improdutosivos . . . . .

“Em sentido contrário, a pequena empresa foi perseguida, esmagada e arruinada. Segundo dados dos Censos Agropecuários (FIBGE), em 1960 existiam cerca de 12 milhões de pequenos produtores rurais no Brasil, aí incluída uma grande parcela sem a propriedade da terra. Em 1980 esse número caiu para cerca de 5 milhões, embora no mesmo período a população economicamente ativa (PEA) tenha passado de 22 milhões para 43 milhões. As políticas agrícola e agrária desse período levaram à ruína milhões de pequenos produtores rurais, transformando-os em 5 milhões de bóias-frias para a grande empresa agrícola, ou em trabalhadores assalariados urbanos para a indústria e o comércio ou, o que foi mais lamentável, em marginalizados e marginais nas periferias dos grandes centros urbanos . . . . .

“Infelizmente, os partidos que denunciavam essa situação calamitosa produzida pelas políticas do velho regime esqueceram-se das denúncias e continuam, embora com um discurso mais refinado, no mesmo caminho de arruinamento dos pequenos produtores. A reforma agrária, tão bombasticamente anunciada pelo governo, não resistiu ao arregarhar de dentes dos latifundiários, embora seja uma necessidade sentida por mais de 85% da população. O número de lavradores assentados é menor do que o daqueles que estão perdendo suas terras em virtude das hipotecas bancárias . . . . .

“A mesma linha de disjunção entre o discurso e o ato pode ser observada quando se trata dos interesses nacionais e dos interesses públicos. A política de portas escancaradas ao ca-

pital estrangeiro é apresentada como uma política que interessa ao crescimento nacional. Partidos e personalidades dominantes procuram convencer aos brasileiros de que nosso País não deve adotar qualquer tipo de política protecionista ou de reserva de mercado, porque isso prejudicaria nosso desenvolvimento tecnológico e econômico. Tanto na Velha quanto na Nova República continuam sem querer medir as consequências do que representa para o Brasil a transferência de 4 a 5% do PIB para o exterior, como pagamento do serviço da dívida externa, embora os investimentos externos de risco tenham caído de US\$ 2 bilhões ao ano para US\$ 300 milhões ao ano (Fonte: Banco Central).



*“Do mesmo modo que a Velha República, os partidos que governam a Nova República levaram a uma crise de grandes proporções...”*

Os interesses públicos, mesmo constando dos programas dos partidos dominantes, não fazem parte da sua agenda prática. O velho regime enterrou milhões, bilhões, trilhões, em obras mal projetadas, economicamente inviáveis, de alto custo e inacabadas. Grupos financeiros que lesaram seus aplicadores em trilhões são premiados por mecanismos legais que fazem seus ativos crescerem mais do que o passivo. A concordata transformou-se num alto negócio para grandes empresários . . . . .

“O governo atual, além de planejar e investir bilhões de dólares em obras de eficiência econômica duvidosa, permite o favorecimento a grandes empreiteiras e não coíbe negócios escusos dos mais diferentes tipos. Os envolvidos são chamados a investigar as denúncias sobre seus próprios atos ilícitos e fica tudo como se nada houvesse ocorrido.

Do mesmo modo que a Velha República, os partidos que governam a Nova República a levaram a uma crise de grandes proporções. É verdade que boa parte da responsabilidade dessa situação de insolvência e paralisia em que se encontra nosso País se deve do legado ruinoso deixado pelos governos anteriores. Os políticos e autoridades do Velho Regime não podem ser vangloriar dos problemas da Nova República. Aplicaram uma política econômica e social que levou nosso País a ser a oitava potência econômica do mundo capitalista, mas que gerou ao mesmo tempo uma população miserável cuja qualidade de vida é comparável à da população do Sudão e Paquis-

# "Antidemocráticas não resolvem nada"

tão, economicamente muito mais atrasados . . . , ,

“ . . . . A política recessionista que o governo adota com o Cruzado III pode eventualmente beneficiar ao setor financeiro da economia brasileira, mas sem dúvida vai arruinar boa parte do parque industrial e comercial, vai degradar a esmagadora maioria dos pequenos produtores e aumentar o grau de miserabilidade das grandes camadas assalariadas. E colocar o País numa dependência ainda maior em relação ao capital financeiro internacional. São incapazes de adotar as medidas radicais que a situação exige.

E não se trata, no caso, de medidas radicais no sentido de romper com o capitalismo no Brasil, embora estejamos certos que o capitalismo é um sis-

tema social injusto, que gera desequilíbrios e sofrimentos de toda ordem para a grande maioria da população. No momento não se trata disso, mas tão-somente de superar a crise que está causando sofrimentos ainda mais intensos ao povo brasileiro.

O que propomos é que sejam adotadas medidas que rompam com o grau de dependência e subordinação em que se encontra a economia brasileira e que se busque um caminho autônomo de desenvolvimento.

1.º - Instaurar uma auditoria séria sobre a dívida externa brasileira, possibilitando à sociedade conhecer e separar a parte legítima da dívida, contraída por normas legais internacionalmente reconhecidas e utilizadas para fins produtivos, da parte ilegítima, contraída fora daquelas normas e utilizada para fins especulativos. Este é o caso da dívida contraída pela Central-sul ao Bank of America e é provável que seja o caso de parcela significativa do total da dívida. E esse é o caso, também, da cobrança de taxas de juros exorbitantes, praticada principalmente pelos bancos norte-americanos.

Os Estados Unidos da América possuem uma política financeira de aperto monetário e prodigalidade fiscal. Financiam um déficit orçamentário de mais de US\$ 160 bilhões, através da colocação de títulos públicos, exportando sua inflação para os demais países do mundo e fazendo subir desproporcionalmente as taxas flutuantes de juros. Não têm, assim, qualquer direito de cobrar o acréscimo da dívida causada por essa política unilateral . . . , ,

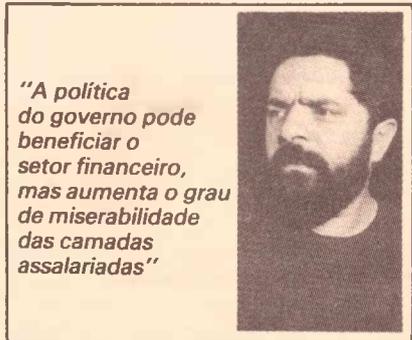
“ . . . . O Partido dos Trabalhadores tem sugerido, reiteradamente, que o Brasil suspenda o pagamento do serviço da dívida externa até completar a auditoria, sem abandonar as negociações e procurando canais de comércio que permitam ao País continuar exportando e, ao mesmo tempo, importando os insumos e equipamentos ne-

cessários ao funcionamento de seu parque produtivo.

Sem resolver a questão da dívida externa, ou seja, a questão da transferência anual para o exterior de 4 a 5% do PIB, será impossível pensar na formação de uma poupança interna que nos possibilite elevar os investimentos produtivos e sociais e, conseqüentemente, elevar as taxas de emprego, diminuir os bolsões de miséria e criar condições para a melhoria da qualidade de vida de nosso povo.

2.º - Estabelecimento de políticas industriais, agrícola e comercial que mudem as matrizes de dependência e que possibilitem o amplo desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Isso inclui, evidentemente, a realização de uma profunda reforma tributária em que os 5% mais ricos da população contribuam com sua parte na formação da poupança interna, na qual os lucros reais das grandes empresas sejam progressivamente tributados e na qual as pequenas empresas fiquem isentas dos impostos em cascata com que hoje são cravadas . . . , ,

“ . . . . Isso também inclui a realização de uma verdadeira reforma agrária que democratize a propriedade fundiária, incorporando ao sistema produtivo, de forma autônoma, mais 5 milhões de trabalhadores de agricultura. Não se trata só de dar a terra a esses agricultores despossuídos. Trata-se de tirar dos ombros desses trabalhadores o encargo de pagar aos grandes proprietários territoriais mais de 50% do fruto de seu trabalho pelo simples fato de que tais proprietários lhes permitiram plantar na terra de sua propriedade. Trata-se, pois, de transformar esses agricultores, que não conseguem sair do patamar da subsistência porque os latifundiários lhes arrancam seus excedentes, em agricultores capazes de vender tais excedentes no mercado e capazes, também, de comprar nesse mercado os produtos industriais de que necessitam para viver e produzir.



“A política do governo pode beneficiar o setor financeiro, mas aumenta o grau de miserabilidade das camadas assalariadas”

3.º - Estabelecimento de uma política financeira subordinada às políticas de desenvolvimento industrial agrícola, comercial e social. Isso exige que os instrumentos de política financeira estejam estritamente controlados pela sociedade, através do Estado e de uma

transparente prestação de contas de suas atividades, e que inclui mesmo a estatização do sistema.

O porte alcançado pelo sistema financeiro transformou-o de alimentador de recursos para o desenvolvimento das atividades produtivas em bomba de sucção das riquezas geradas por aquelas atividades. Evidentemente, são os trabalhadores os que contribuem com a maior cota de sacrifício para atender a insaciável sede de lucro dos bancos e financeiras. Mas os próprios empresários, em particular os os médios e pequenos sem muito campo de manobra, tornam-se presa fácil dos mecanismos de sucção de renda do sistema financeiro . . . , ,

“ . . . . Sem dúvida, isso exige que o Estado também corte sua função de alimentar, através dos títulos públicos, a especulação financeira. É importante que enxugue suas despesas orçamentárias, em particular as não-produtivas, liquidando as mordomias, de que é tão pródigo; que reforme a política salarial de seu funcionalismo, de modo a acabar com o vergonhoso “marajá” e permitir melhores níveis de ganho às faixas inferiores e intermediárias; e, finalmente, que remaneje seu quadro funcional para aproveitá-lo mais racionalmente nas atividades públicas e sociais.

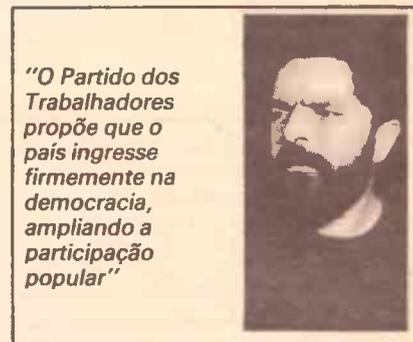
4.º - Adotar uma política social, particularmente nas áreas habitacional, de saúde, alimentação infantil e de educação, que permita tirar a curto prazo a maior parte da população do estado de miséria absoluta em que se encontra e colocá-la, pelo menos, num estado de vida decente.

Evidentemente, esta medida depende em alto grau de uma estreita combinação com as demais e da alocação de recursos vultosos para superar o atraso em que, nesse setor, nosso País mergulhou. O capitalismo sabe que um trabalhador só consegue alcançar uma boa produtividade de trabalho se suas energias físicas e mentais, gastas no processo produtivo, forem razoavelmente reproduzidas . . . , ,

“ . . . . Tais medidas, radicais porque vão às raízes de certos problemas da crise brasileira, estão longe das propostas socialistas do Partido dos Trabalhadores. Elas são, porém, indispensáveis para solucionar a presente crise atravessada por nosso País sem causar sofrimentos ainda maiores a seu povo. Por isso, o Partido dos Trabalhadores as apóia e, conquistando o governo, está disposto a aplicá-las decididamente.

Nesse sentido, o Partido dos Trabalhadores é coerente. Tais medidas só podem ser realizadas com o apoio e a participação popular. Portanto, com o funcionamento pleno da democracia.

Estamos conscientes que, no quadro de crise em que vivemos, ressurgiu a idéia de que tal crise precisa de pulso forte para ser resolvida e que a democracia é impeditiva a isso. Tal idéia confunde causas e efeitos e demonstra a fraqueza de memória de que são possuídos muitos homens públicos. Nenhum pulso firme, nenhum regime autoritário, civil ou militar, pode resolver a crise se não for a suas raízes. Vinte anos de pulso firme de governos militares criaram as bases da maior crise de nossa história. O governo da Nova República, por mais inepto que seja e por mais falta de legitimidade, representatividade e credibilidade que possua, está arcando com as conseqüências de uma política que pode levar nosso País ao desastre . . . , ,



“O Partido dos Trabalhadores propõe que o país ingresse firmemente na democracia, ampliando a participação popular”

“ . . . . Novas aventuras antidemocráticas para impor a continuidade de políticas desastrosas não resolverão problema algum. Por tudo isso, o Partido dos Trabalhadores propõe que o País ingresse firmemente na democracia, ampliando a participação popular, estabelecendo a soberania constituinte e adotando as medidas capazes de dar solução à crise em benefício da maioria da sociedade brasileira. Como partido na acepção do termo, o Partido dos Trabalhadores luta para conquistar legitimamente o poder e exercê-lo para aplicar um programa que tem como base, no atual momento, as medidas acima apontadas . . . , ,



# Um basta à corrida armamentista

**Os governos do Pacto de Varsóvia fazem propostas concretas e avançadas para acabar com o equilíbrio do terror, eliminando armas químicas e testes nucleares de imediato, e todas as armas de destruição massiva até o ano 2000.**



É inegável que com a ascensão de Gorbachov ao governo Soviético, os países socialistas consolidaram suas iniciativas na luta pela paz mundial, em co- tejo com os países capitalistas, especialmente os EUA administrados por Ronald Reagan, o belicista.

Os socialistas defendem que o atual estágio de desenvolvimento no mundo, de mudanças nas relações internacionais, de crescente interdependência dos Estados, de progresso técnico-científico e dos armamentos de enorme poder destrutivo, exigem uma nova e revolucionária abordagem sobre o binômio guerra-e-paz.

Durante anos, e até recentemente, tanto os países capitalistas quanto os socialistas adotavam a concepção denominada "dissuasão nuclear", pela qual as armas nucleares seriam a própria garantia da segurança dos Estados, e portanto, da paz. Entretanto, o equilíbrio nuclear necessário vem-se fazendo em patamares cada vez mais elevados, o que permite concluir, com absoluta certeza, que numa eventual guerra nuclear não haverá vencedores. Só vencidos. Pela destruição de tudo. De todos.

Os países socialistas, em especial a República Democrática Alemã, há muito vem se dedicando a encontrar fórmulas, que, efetivamente,

possampôr fim à corrida armamentista.

É evidente que os socialistas têm mais interesse na paz que os países capitalistas, em destaque os EUA. E assim é por motivo muito simples: a economia socialista é planejada e destinada a resolver os problemas sociais da população em seu conjunto, e as vultosas somas de verbas que são deslocadas para os armamentos, ainda que defensivos, fazem falta significativa para o povo, rebaixando suas condições de vida e exigindo mais sacrifícios e trabalho.

Já nos países capitalistas, a guerra é vista como investimento que assegura bons lucros - no comércio de armamentos, por exemplo - e pode, numa eventual superioridade nuclear, ajudar os países mais desenvolvidos, (primeiramente os EUA e os outros do "clube dos

ricos") a exercer maior dominação e ampliar a submissão dos países em desenvolvimento, sacrificando ainda mais suas condições de vida e trabalho.

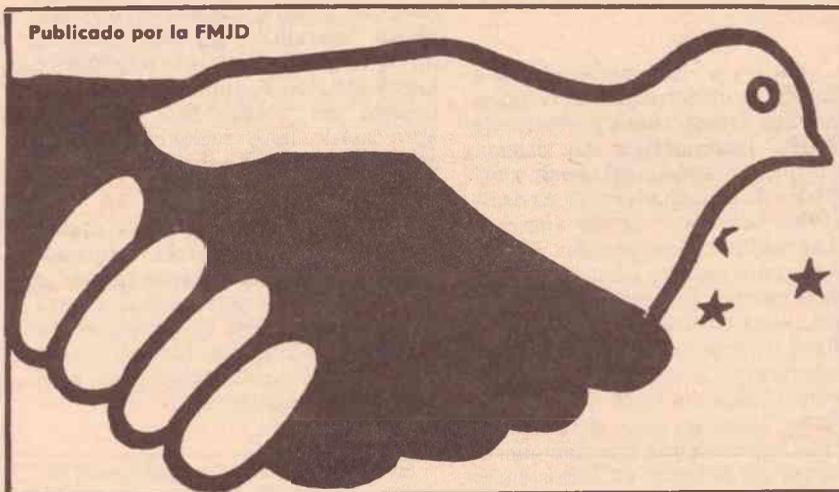
É por isso que a luta pela paz hoje ganha contornos sociais bem amplos. Dos comunistas e socialistas até os militantes da social-democracia, os democratas e liberais, passando pelos verdes, pelos sindicatos, entidades estudantis e pelas Igrejas.

Trata-se, portanto, de pôr termo à corrida armamentista e de passar às medidas concretas de desarmamento já, no campo nuclear, primeiro passo para o desarmamento amplo, completo e geral.

Isto exige a unificação dos esforços dos povos amantes da paz, uma confiança maior nas relações entre os Estados e Governos, sobretudo entre os que pertencem a sistemas políticos distintos.

A reunião do final de maio saudou a ampla troca de opiniões iniciada na ONU acerca destas questões. Defendeu-se a continuação e o desenvolvimento do diálogo em todas as direções e a todos os níveis, no sentido de alcançar garantias materiais, político-legais e psicológico-morais que assegurem a paz, e a realização prática da segurança para todos.

**Luiz Eduardo Grenhalgh**  
CEN/PT - SRI/PT



## Síntese das propostas do Pacto de Varsóvia

1. Concluir de imediato um acordo sobre a eliminação de todos os mísseis de médio alcance americanos e soviéticos na Europa.

2. Eliminar simultaneamente os mísseis tático-operacionais soviéticos e americanos na Europa e negociar sobre estes mísseis que se encontram estacionados no Leste da União Soviética e no território dos EUA.

3. Resolver a questão das armas nucleares táticas na Europa, incluindo os mísseis táticos, através de negociações multilaterais.

4. Acordar uma redução radical das armas ofensivas estratégicas. Os Estados socialistas aliados advogam uma redução em 50% das armas ofensivas estratégicas da URSS e dos EUA, dentro de 5 anos, e negociações sobre as futuras reduções.

5. Proibir de forma absoluta as experiências com armas nucleares, como medida prioritária para por termo ao desenvolvimento, à produção e ao aperfeiçoamento das armas nucleares, para a sua redução e eliminação.

6. Não admitir armas no espaço cósmico, bem como concluir acordos sobre a proibição de sistemas anti-satélites e de armas de classe "cosmos-terra". O espaço cósmico tem de ser utilizado exclusivamente para fins pacíficos, dando vez à razão, e para o bem de toda a humanidade.

7. Acordos concretos, bilaterais e multilaterais, que tenham o objetivo de eliminar as armas nucleares e outras armas de destruição massivas até o final deste século.

8. Os Estados socialistas estão a favor da eliminação, o mais rapidamente possível, das armas químicas. Confirmam a sua disposição de concluir, ainda este ano, a elaboração duma convenção internacional sobre a proibição da existência de tais armas, bem como da base industrial para a sua produção.

9. A diminuição da confrontação militar na Europa deve ser um processo ininterrupto, devendo ser garantido, em qualquer fase,

um equilíbrio a um nível tão baixo quanto possível. Tomando em consideração a assimetria existente nas Forças Armadas de ambos os lados na Europa, surgida das condições histórico-geográficas e de outros fatores, eles declaram a sua disposição de, durante o decorrer do processo das reduções, eliminar o desequilíbrio existente em alguns elementos de modo a que o que estiver em vantagem faça as reduções correspondentes. O processo de redução das Forças Armadas e dos armamentos seria acompanhado por uma conseqüente diminuição dos gastos militares dos Estados.

10. Como configuração da sua boa vontade e no interesse de melhores condições para negociações futuras, os Estados Membros do Tratado de Varsóvia declararam-se dispostos a ser extremamente comedidos quanto ao desenvolvimento dos seus potenciais militares e, com base na reciprocidade, a não



## O racha da corrente "O Trabalho"

**Um grupo quer continuar como corrente e o outro quer integrar-se na "Articulação".**

A corrente "O Trabalho", cujos militantes integram o PT desde o seu nascimento, acabou de se dividir.

Na base da cisão, a antiga polêmica político-ideológica sobre a concepção do Partido dos Trabalhadores: partido político ou frente partidária?

No Brasil, a corrente "O Trabalho" está formada há 11 anos. Luta pela reconstrução da IV Internacional. São trotskistas. Seus documentos originais teriam críticas à luta armada (guerrilha) e ao MDB.

A cisão, como costuma acontecer nas lutas políticas internas às organizações, produz uma forte variedade de documentos de críticas e defesas, de ataques e contra-ataques.

De tudo o que se produziu pode-se resumir que um grupo - aquele que vê a necessidade da manutenção da corrente como organização, com círculos, direção, imprensa e finanças próprias e que hoje publica o boletim "Tribuna Internacional" - rejeita o processo de total integração da corrente na "Articulação", criticando a vontade de uma elaboração conjunta com a maioria do partido.

Para este grupo, o PT é uma frente de diversas correntes e deve permanecer como tal: "A originalidade do PT no Brasil é precisamente de se constituir como partido operário independente que organiza em seu interior correntes em ruptura em diversos graus com o Estado, a burguesia nacional, o stalinismo, e a corrente da IV-CIR, O Trabalho. Estas correntes em ruptura em diversos graus constituem precisamente com a corrente OT o partido operário independente, cuja direção é a corrente "sindicalista" (lulista). Dissolver a corrente trotskista O Trabalho é chamar à dissolução de todas as correntes autenticamente em ruptura em diversos graus com o Estado, a burguesia na-

cional e o stalinismo. É fazer com que o PT do Brasil perca sua originalidade e seu caráter. É, em última análise, contribuir para enfraquecer o PT como partido operário independente, precisamente porque o PT é o reagrupamento dessas correntes independentes, em função mesmo de integrarem o PT (05/05/87)".

O outro grupo - chamado pelo primeiro de liquidacionistas ou adeptos da dissolução "oficial", evidentemente - rejeitam a concepção do PT como uma frente partidária e se integram, dissolvidos, no PT.

Estão convictos de que o PT responde positivamente à necessidade dos trabalhadores brasileiros na luta pela sua emancipação.

Para estes, não se trata de "estar" no PT mas de ser PT e de caminhar junto com o núcleo histórico de seus dirigentes e fundadores.

A origem da divisão atual, que também se estende internacionalmente, vem das dificuldades atuais em abordar os problemas e fenômenos novos, que exigem dos marxistas certo distanciamento dos dogmas e esquemas preestabelecidos. Não há dúvida que o PT representa belo exemplo desses fenômenos político-sociais contemporâneos.

Um dos grandes desafios que se colocam hoje para os marxistas é exatamente o da contribuição criativa, que se ajuste à realidade social sem perder de vista os princípios científicos da teoria marxista.

No fundo, a cisão da corrente "O Trabalho" reflete que uma parte de seus militantes estão dispostos a "ser tragados voluntariamente pelo PT", nas palavras de Wladimir Pomar. A outra parte, não.

Lúis Eduardo Greenhalgh  
SRI/PT - CEN/PT

## Repúdio ao Pacote Sarney - Bresser

**Síntese da nota da Comissão Executiva Nacional**

O Partido dos Trabalhadores manifesta seu total repúdio ao último pacote econômico do Governo, o Pacote Sarney-Bresser.

Com esse pacote, o Governo Sarney se enquadra no receituário do FMI e atende aos interesses dos credores internacionais. Restringe o consumo interno a fim de premiar os exportadores, para obter divisas que serão utilizadas no pagamento do serviço da dívida externa. A obtenção de dinheiro novo no exterior só fará crescer ainda mais o endividamento externo.

O pacote aumenta a receita pública, mas o faz por meio da alta escorchante de tarifas - água, luz, gás, telefones, combustíveis, transportes - o que irá prejudicar ainda mais os assalariados. Alastra para quase todos os setores da produção a recessão que já vinha se observando em muitos deles. Com isso, provoca mais desemprego, reduz a massa salarial e gera recessão maior ainda.

O efeito principal do Pacote Sarney-Bresser é no mínimo manter a recessão e seu mecanismo fundamental é o brutal arrocho salarial, um dos maiores da História do Brasil. Não há retórica palaciana capaz de desmentir os fatos: os salários foram congelados pelo Governo depois de um

longo período de alta desenfreada dos preços. Até o gatilho do último mês, um direito adquirido dos assalariados, foi revogado pelo pacote. Já por si, o gatilho de 20% constituía uma perda de salário real diante da inflação de quase 30%. Com seu fim, a queda de poder aquisitivo vai ser maior ainda, e vai afetar praticamente todos os trabalhadores.

O povo quer, e sempre quis, um congelamento de verdade. Mas, nesse tipo de congelamento que o Pacote Sarney-Bresser prega, ninguém mais acredita.

O Partido dos Trabalhadores, portanto, declara seu apoio às lutas parciais e globais que a população já está travando ou organizando na defesa de seus salários e condições de vida, e no combate à carestia. O PT chama particularmente a atenção sobre a necessidade de não ceder ao roubo dos reajustes relativos à inflação de junho, de aumentar imediatamente os pisos salariais, de resistir ao desemprego em massa, bem como de não fazer qualquer concessão a aumentos de preços de mercadorias e de tarifas para com isso reduzir minimamente os efeitos do arrocho salarial.



► ► ►  
aumentar os contingentes das Forças Armadas e armamento. Apela aos países da NATO para que procedam da mesma forma.

11. Criação de zonas livres de armas nucleares e químicas nos Balcãs, no Centro e no Norte do Continente.

12. Criação dum corredor desnuclearizado ao longo da linha divisória entre o Tratado de Varsóvia e a NATO, numa largura de 300 km (150 km de cada lado), retirando deste corredor, com base na reciprocidade, todas as armas nucleares, ou seja, munições nucleares, incluindo minas nucleares, mísseis tático-operacionais e táticos, artilharia nuclear, meios aéreos ofensivos táticos portadores de armas nucleares, como também complexos de mísseis anti-aéreos aptos para o emprego de armas nucleares.

13. A concretização do desarmamento garantida por sistema de controle efetivo que correspondesse ao teor das medidas e incluisse inspeções "in loco". Devido ao fato de, na passagem para o desarmamento real, o controle se tornar um dos meios mais importantes para a garantia da segurança, os Estados Membros do Tratado de Varsóvia são a favor da elaboração, nesta questão, dum complexo de medidas mais rigorosas para controlar, em todas as fases, a redução de armamentos. O controle da redução das armas nucleares missilísticas tem que ser garantido seja onde for: nos locais de desmontagem e de destruição dos mísseis, nos polígonos e nas bases militares, também em terceiros países, nos centros de instrução, armazéns e empresas de produção tanto estatais como privadas.

14. A ampla colaboração no domínio humanitário para garantir o direito do Homem à vida e ao trabalho em paz e liberdade, para garantir a plena concretização dos direitos políticos, cívicos, econômicos, sociais e culturais no seu conjunto e na sua interdependência, tomando em conta o respeito pela soberania dos Estados.

15. Os Estados socialistas reafirmaram o seu empenho decidido por um amplo sistema de paz internacional e de segurança que deveria compreender tanto os domínios militar e político, como os domínios econômico e humanitário. Isto compreenderia também a cooperação no campo da ecologia. Um tal sistema conduziria à edificação de um mundo livre de armas nucleares no qual seria excluída a aplicação ou ameaça da força e se desenvolveriam relações entre os povos no espírito do respeito mútuo, da amizade e cooperação.

A iniciativa dos países socialistas está dirigida para a superação da atitude de confronto na abordagem dessas questões, pondo em prática normas de civismo e criando um ambiente de transparência, de franqueza e de confiança nas relações internacionais.

Participaram da reunião do Comitê Político dos Estados que integram o Tratado de Varsóvia, em Berlim, em maio passado: Erich Honecker (Secretário Geral do Comitê Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha Democrática), Mikhail Gorbachov (Secretário Geral do Comitê Central do Partido Comunista da URSS), Gustáv Husák (da Checoslováquia), Todor Jivkov (da Bulgária), Janos Kádár (da Hungria), Nicolae Ceausescu (da Romênia) e o general Jaruzelsky (da Polônia).

## Quem é o "outro"?

**Todas as correntes têm o dever de explicitar o que querem no PT.**

Estamos num partido que, cada vez mais, assume uma condição hegemônica na esquerda brasileira.

Um ponto de honra em nossa luta política e em nosso debate interno tem sido o primado do procedimento democrático.

E a pluralidade, devemos lembrar, é condição sem a qual não há democracia. Isso também se aplica às divergências de posições ideológicas e práticas-políticas no seio do PT.

Ser petista sempre foi "conviver com a diversidade". Até aí tudo bem. Mas quem convive com um "outro" quer saber quem é o seu companheiro. O problema, portanto, é que todos têm o dever de explicitar claramente o que querem no PT (ou do PT), justamente porque todos têm o direito de saber, sem truques nem "documentos secretos", quais são as posições dos "outros". Isso é absolutamente fundamental.

Então, companheiros, explicitarei a minha visão que, estou certo, não está isolada dentro do partido.

Acredito que a última coisa de que o PT precisa é dessas pequenas organizações "revolucionárias", guardiãs do túmulo de Lênin ou de Trotski, e que pretendem se servir, na sua "estratégia" (herdeira de uma tradição golpista), do nosso partido como "frente institucional", meramente tática. Isso é inadmissível.

A tarefa que se nos apresenta é construir um partido de massas, democrático e socialista; que seja uma alternativa dos operários, estudantes, domésticas, intelectuais, bóias-frias, donas-de-casa, desempregados etc; que seja moderno; que se relacione organicamente com o movimento sindical; que sobretudo seja capaz de articular os diversos movimentos sociais, respeitando sua auto-

nomia; que seja competente no parlamento e que, inclusive, contribua para a formação de um sistema partidário no Brasil. Diante da grandiosidade dessa tarefa não dá pra se limitar à pequenez de ser uma frente de seitas políticas (via de regra elitista), cada qual a se julgar portadora do "segredo" da história ou herdeira de linhagem de algum revolucionário ancestral. Ora, nós temos um socialismo a inventar!

Acho, sinceramente, que todos os petistas que acreditam na democracia, não como tática efêmera, mas como instrumento permanente de luta pelo socialismo, devem - respeitadas as instâncias e procedimentos que garantam a diversidade interna - combater politicamente de forma efetiva toda "tendência" organizada que tenha um projeto partidário próprio e diferente daquele do conjunto do PT. Já se acabou o tempo da "Esquerda de Neandertal", como diz o Gabeira. Afinal, o seu peso social é por demais insignificante para que se imagine com alguma influência política real. Eis o que penso.

Faço agora uma "cobrança" pública aos companheiros dos "comitês centrais" desses pequenos grupamentos: já passou da hora de cada uma dessas tendências dizer claramente a que veio, o que pensa a respeito do Brasil de hoje e qual a sua proposta de superação do capitalismo específico do nosso país. O que é que a CS, DS, Libelu, PRC etc e tal, propõem?

É impossível conviver democraticamente às cegas ou à custa de conversa fiada, de posições dissimuladas, de táticas secretas, de "dupla camisa". A partir dessa explicitação o conjunto do partido, democraticamente, terá condições de julgar a conveniência de tais projetos.

Alberto Tosi Rodrigues - Ibitinga, SP

## Jeferson exige explicações

Aberto o debate interno sobre as tendências, entendi que era necessário contribuir, emitindo opiniões pessoais e externando minha própria experiência como militante e dirigente petista. Num processo democrático nada mais natural que diferentes opiniões se contrastem. Com esta perspectiva, enviei redação do BN um artigo sobre o tema.

Pois bem, qual não foi minha surpresa quando me deparei com a edição de maio do BN, n.º 27, no qual é publicado meu artigo. Digo que fiquei surpreso porque, além de truncado, o próprio título estava alterado. Por quê? Sinceramente não entendi.

Editar um texto por falta de espaço ou qualquer outro motivo pertinente é normal, contudo, isto deve ser feito com a devida comunicação ao autor da obra e desde que o conjunto não esteja comprometido.

Lamento que isto tenha acontecido. Não posso admitir que um texto tenha seu próprio título mudado. Não concebo que esteja correto suprimir a parte introdutória de um artigo - a qual era de fundamental importância, à medida em que questionava a própria concepção de "tendência" e introduzia o debate com outro enfoque do que propunha o BN. Tenho certeza de que não só eu como todos os leitores do BN, foram prejudicados. Lamentável! Me sinto no direito de exigir explicações. Aguardo ansiosamente.

Jeferson Oliveira Goulart

## BN responde:

Sua carta reflete ignorância sobre nossas condições de trabalho. Estamos certos de que nem a mudança de título e nem o trecho sacrificado farão a menor falta aos leitores do BN.

## ERRAMOS

Reproduzimos incorretamente um trecho do artigo de Paulo Guilherme Correia no BN de Maio - n.º 27 - no Caderno das tendências, de título "Cansados de proselitismo". O correto é: 13.º parágrafo - O PT precisa definir o seu caráter.

Leituras



### LSN

#### A lei do mais forte

Depois da reforma da LSN e frente à elaboração da nova Carta Constituinte, essa é uma leitura indispensável. O livro LSN, de Hélio Bicudo, está à venda na Sede Nacional por apenas R\$ 15,00. Conheça as origens da LSN e saiba por que é necessário abolir esta aberração dos princípios de justiça.



### HISTÓRIA DAS TENDÊNCIAS NO BRASIL

(Origens, crises e propostas)

Antonio Ozai da Silva

Este livro trata da história das tendências políticas inseridas no movimento comunista no Brasil. Resgata as origens e trajetória do pensamento marxista brasileiro: suas propostas, crises, relacionamento com o movimento comunista internacional etc.

História das Tendências no Brasil, de Antonio Ozai da Silva, custa R\$ 150,00 e os pedidos deverão ser feitos, através de cheque nominal, ao Núcleo do PT São Lucas - Rua Rio Pardo, 194, CEP 03287 - São Paulo/SP.



N.º 29 - Julho de 1987

Órgão informativo da Comissão Executiva

Nacional do Partido dos Trabalhadores

Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041

São Paulo/SP - Fone 575-2299

Editor: Bernardo Kucinski

Editor Adjunto: Flávio Aguiar

Secret. de Redação e Produção:

Marisa Lourenço

Diagramação: Max Alberto Gonzales

Revisão: Dante Grecco Neto

Composição, Fotolito e Impressão: DCI

Tiragem: 15 mil exemplares

## Desabafo

Caros amigos, por aqui a carestia é cada vez maior e a falta de dinheiro é ainda pior. Os grandes não fazem nada para melhorar a situação, muito pelo contrário, se eles tiverem chance de pegar o que o pequeno trabalhador tem, eles pegam.

A prefeitura é cheia de parentes e amigos do prefeito, sem fazerem absolutamente nada, só bebendo cafezinho e ganhando em um mês o que o pequeno trabalhador leva quase um ano para ganhar (...)

É assim, caros amigos, a nossa situação por aqui e o prefeito, o vice e os vereadores não fazem



nada; só querem as coisas para eles. Não estão nem ligando se os pequenos trabalhadores estão passando necessidade, querem é ficar cada vez mais ricos. E o trabalhador que morra.

João Leite da Silva, Triunfo/PE

### Sugestões para o BN

O núcleo de universitários do PT (UFPB - Campus II - Campina Grande) em reunião interna optou por fazer uma campanha de assinaturas para o nosso Boletim Nacional (...) Aproveitamos a oportunidade para lhes enviar algumas sugestões que possam contribuir para a melhoria crescente do nosso Boletim:

- 1) A periodicidade do Boletim apesar de ser mensal tem atraso. Compreendemos as dificuldades de um partido como o PT para construir um órgão de imprensa eficiente. No entanto, se faz necessário manter uma certa regularidade. E ainda mais, se possível tornar o nosso Boletim quinzenal ou semanal.
- 2) O BN possui uma tiragem de "apenas" 20 mil exemplares. É sem dúvida alguma uma tiragem bem distante dos 400 mil filiados que temos e sobretudo dos mais de 3 milhões de votos que obtivemos nas últimas eleições. É urgente, portanto, que nós militantes façamos esta tiragem ultrapassar pelo menos os 100 mil exemplares.
- 3) A publicação do caderno das tendências tem repercutido favoravelmente junto aos militantes e simpatizantes. Solicitamos que esse debate seja intensificado e ampliado para outros temas: caderno de ecologia, dos negros, das mulhães, das artes etc, podem e devem ser criados.
- 4) Tenho notado uma inexplicável ausência nas páginas do BN. A questão cultural parece ter sido completamente esquecida. Não tive oportunidade de ler ainda nenhum artigo sobre filmes ou peças de teatro (...) Nosso Boletim deve abrir suas páginas para esses assuntos que são relevantes tanto quanto são as análises de conjuntura (...)
- 5) Proponho ainda, para concluir, que o BN utilize mais os recursos visuais. O número de novembro é um belo exemplo (...) às vezes a imagem é capaz de "falar" mais.

Núcleo de universitários do PT/PB

### BN responde:

Ficamos satisfeitos em receber a contribuição dos companheiros do núcleo de universitários de Campina Grande. Porém, temos a esclarecer o seguinte:

- 1) O boletim Nacional não tem estrutura nem para corrigir os problemas de atraso quanto mais para modificar a periodicidade como os companheiros sugerem. Não que não julguemos importante, mas porque sabemos que seria impraticável no momento.
- 2) O Boletim Nacional não só não pode aumentar sua tiragem como está obrigado a reduzi-la em

função dos altos custos de produção. Porém, como os companheiros bem lembraram, está na hora de os 394 mil filiados, que não são assinantes do Boletim, darem sua contribuição.

3) As demais propostas, também de grande importância, serão levadas em conta, de acordo com as condições de produção do Boletim Nacional.

### Os confinados chilenos

"El derecho a vivir en la patria es tan universal y sagrado como el derecho de la vida." Disfarçado de pastor de cabras ou vencendo o frio da cordilheira no lombo de uma mula, burlando a severa vigilância na fronteira ou simplesmente forçando o desembarque no próprio aeroporto de Santiago. O meio não importa. Interessa apenas a decisão e a coragem de romper a violência do exílio e mostrar que a ditadura do general Pinochet não é invencível.

Para vergonha do regime e alegria do povo, Clodomiro Almeyda, Mireya Baltra e Julieta Campusano (\*) voltaram ao Chile para exigir seu legítimo direito de nacionalidade, desmascarando as acusações da ditadura. A Justiça, surpreendida por tal ato de fé democrática, confinou-os em remotas regiões do país para que o governo ganhe tempo e recomponha-se do golpe. Para Almeyda, encerrado o período de confinamento, seguiu-se a cassação de seus direitos políticos por dez anos.

Mas como os exilados e presos políticos são um espinho em sua garganta, a ditadura de Pinochet lança mão novamente de um artifício para tentar neutralizar os efeitos políticos da ação de Almeyda, Baltra e Campusano. Retomando uma prática comum no início da década, o Exército anunciou a morte "em tiroteio" de doze supostos guerrilheiros, em diferentes pontos da capital.

As mortes ocorreram, mas, sem dúvida, trata-se de uma notícia plantada na imprensa internacional que busca dois objetivos: desfazer-se do embaraço de manter novos presos políticos e encobrir a decisão do Supremo Tribunal chileno, que negou a extradição para os EUA de dois militares envolvidos no assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier, em 1976.

Portanto, a iniciativa dos três líderes da resistência chilena deve ser amparada não somente pela ação do movimento democrático e popular daquele país, mas também por uma ampla solidariedade internacional para mostrar ao regime de Pinochet — e sua matriz imperialista — que a solidariedade não tem fronteiras e o sonho de liberdade não tem limite.

(\*) Clodomiro Almeyda, ex-chanceler do governo de Salvador Allende, é um dos principais dirigentes da Frente de Esquerda, que reúne sete partidos. Julieta Campusano e Mireya Baltra foram parlamentares pelo Partido Comunista.

Marco Piva

### Repúdio à violência

A Bancada federal do Partido dos Trabalhadores manifesta seu total repúdio ao atentado sofrido pelo vereador do PT, Edson Santana, de Volta Redonda-RJ, que foi amarrado e amordaçado por invasores, em sua residência, onde se encontrava em companhia da filha, de dois anos.

Os invasores levaram do local uma máquina fotográfica com filmes que documentavam uma ocupação de terra. O fato ocorreu no início da madrugada de 12 de junho, vinte dias após o vereador ter sido perseguido, em sua moto, por um carro que tentou atropelá-lo.

Já a partir do início de 1986, Édson Santana passou a receber sistematicamente ameaças de morte por liderar um movimento contra a violência e por solidarizar-se com o movimento dos trabalhadores sem terra do município. Desde essa época vem denunciando a existência de um grupo de extermínio, formado por policiais-pistoleiros, a serviço de empresários.

Neste período já ocorreram mais de cem assassinatos. Tais crimes, nunca averiguados, seriam praticados com o aval da política do município e acobertados pela mesma.

A bancada do PT torna público o seu total e irrestrito apoio ao companheiro e exige das autoridades a apuração do fato e punição dos culpados. Comunicamos, também, o envio de telex ao Ministério da Justiça, solicitando que seja dada garantia de vida ao vereador Édson Santana.

Luiz Inácio Lula da Silva  
Líder do PT

# ASSINE



Nome .....

Endereço .....

CEP .....

Cidade .....

Estado .....

Anual  Cz\$ 100,00  
Bianual  Cz\$ 200,00

Faça já sua assinatura enviando um cheque (no valor de sua assinatura) juntamente com este cupom ao PARTIDO DOS TRABALHADORES — BOLETIM NACIONAL - AV. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP

## CUPOM

Autorizo a remessa de um pacote do Boletim Nacional e envio o cheque de pagamento que poderá ser descontado em..... dias.

- pacote de 50 boletins, no valor de Cz\$ 250,00
- pacote de 100 boletins, no valor de Cz\$ 500,00
- pacote de 150 boletins, no valor de Cz\$ 750,00
- pacote de 200 boletins, no valor de Cz\$ 1.000,00

Responsável pela compra .....

Fone .....

Diretório .....

Endereço ..... n.º .....

CEP.....Cidade.....Estado .....

# Professores dão uma aula de coragem

Em defesa de seus salários e da qualidade do ensino público, enfrentaram os governadores do PMDB, com algumas das mais longas e sofridas greves de nossa história.

## Belo Horizonte

### Uma repressão de dar inveja à Ditadura

A greve do funcionalismo e magistério de Minas Gerais tornou-se, desde a primeira grande manifestação pública realizada pelo movimento no dia 6 de maio, um portavoiz das insatisfações populares com a política econômica do governo. A violenta repressão imposta pelo governador Newton Cardoso à manifestação, os grevistas responderam com garra, sem se intimidar, com o apoio total da população.

No dia 13 de maio, uma nova manifestação reuniu 30 mil pessoas no centro de Belo Horizonte para o "enterro da política econômica do PMDB". Novamente reprimida com violência pelo governo do Estado, a manifestação se tornou um grande comício pelas diretas, exigida em todos os discursos pelo pagamento dos gatilhos.

No dia 27 de maio, os servidores foram novamente para as ruas junto com os movimentos popular e sindical, quando mais de 60 mil pessoas protestaram novamente contra a política do PMDB. Finalmente, no dia 17 de maio, os grevistas e a população da capital simularam o julgamento público da política do PMDB, condenando a Nova República, a Aliança Democrática, o presidente Sarney, o governador Newton Cardoso, o prefeito Sérgio Ferrara e o PMDB. Apesar da forte chuva, cerca de 15 mil pessoas se mantiveram nas escadarias da igreja São José, no centro da capital, para o veredicto: considerar os réus inimigos populares.

Participaram da simulação do julgamento os companheiros Luis Eduardo Greenhalgh como juiz, José Eduardo Martins Cardoso como advogado de defesa, Pedro Dallari como promotor e seis testemunhas que depuseram contra o governo.

Os servidores em greve realizaram, durante quatorze dias, em todo o Estado, um plebiscito com 143.546 votantes, com os seguintes resultados: 1.º) Você está satisfeito com a política do PMDB? - quase 95% responderam NÃO. 2.º) Se os sindicatos chamarem para uma greve geral em defesa das reivindicações econômicas e pelas eleições diretas para presidente, você apoiaria? - mais de 85% disseram que SIM.

As negociações com o governo

(após o 40.º dia de greve) não avançaram em nada desde a última proposta, rejeitada pela categoria. O governo propõe aumentos que variam de 30 a 60%, quando o funcionalismo e magistério do Estado não receberam nenhum dos gatilhos disparados e reivindicam: pagamento dos gatilhos para o funcionalismo e do piso salarial do magistério (que atinge 3 salários mínimos em junho, fruto do acordo da greve de 86 e previsto na Lei n.º 9.266 de 18/9/86), 108% de aumento a partir de abril e paridade salarial dos aposentados com o pessoal da ativa (também previsto pela lei e descumprido pelo governo).

Além das reivindicações os servidores mineiros também querem: eleições diretas para Presidente da República, Reforma Agrária já, direito de sindicalização para o funcionalismo público, não pagamento da dívida externa, direito irrestrito de greve e salário mínimo real.

PT/MG

## Porto Alegre

### A traição de Pedro Simon

"Vamos recuperar nossa tradição educacional investindo os recursos necessários para a Educação (...) assegurando o salário básico de 2,5 salários mínimos para o magistério".

Palavras do governador Pedro Simon quando fazia sua campanha. Hoje estas declarações estão dependuradas na Praça da Matriz de Porto Alegre, em frente ao Palácio Piratini, junto ao acampamento montado pelo magistério em greve há mais de 70 dias.

Do sul ao norte do País, os trabalhadores enfrentam o archo salarial em índices inéditos: Política ditada pelo FMI, assumida e encaminhada pelo governo da Nova República, e executada pelos governadores do PMDB que assumiram 22 Estados. Simon entrou no governo gaúcho sem querer cumprir as leis 8.020 (do funcionalismo) e 8.026 (do magistério) que estabeleciam, respectivamente, reajuste de acordo com a inflação semestralmente e reajuste de acordo com o salário mínimo além do piso de 2,5 mínimos. Estas leis significam para os funcionários públicos gaúchos o triunfo conquistado na greve de 85, quando todos os deputados da As-

sembléia Legislativa foram favoráveis às leis, inclusive vários deputados do PMDB, hoje transformados em secretários de Estado.

Falta de dinheiro tem sido o argumento de Simon para não cumprir as leis. Alega que o Rio Grande do Sul é o Estado mais endividado do País - com uma dívida pública em torno de Cz\$ 140 bilhões - e com uma máquina administrativa pesada demais.

Professora de 1.ª série há 7 anos, com dois triênios, salário líquido: Cz\$ 2.012,00, professora com nove anos de serviço, salário líquido de Cz\$ 5.010,00, 18 anos de magistério, salário líquido de Cz\$ 5.010,00. Estes exemplos do archo salarial estão expostos em cartazes na Praça da Matriz. Ali os professores em greve têm enfrentado, além da intransigência do governador, um frio que tem chegado a zero grau. Eles não desistem do acampamento - ali dormem, cantam, protestam e também se revezam para tocar a sineta em frente ao Palácio Piratini.

A greve dos funcionários e magistério colocou a nu o problema das finanças do Estado. Simon diz que a folha de pagamento é muito pesada, mas não age contra as empresas que sonegam impostos, não diz que as isenções na exportação dos produtos gaúchos deixa de recolher aos cofres públicos Cz\$ 26,8 bilhões anualmente. Além disso, no ano de 86 só o serviço da dívida (amortização e pagamento de encargos) representou cerca de 46% das despesas totais com pessoal. Outro dado importante para compreender a crise do Rio Grande do Sul é que a dívida pública subiu, nos primeiros 45 dias do governo Simon, 33 bilhões de cruzados, portanto mais do que um ano do valor da folha de pagamento.

O achatamento salarial do funcionalismo gaúcho promovido pelo governo do PMDB implicará numa redução de 48% nos salários dos trabalhadores em comparação com o que estava previsto nas leis.

Apesar deste quadro, o governador Pedro Simon joga para a opinião pública a idéia de que os culpados da crise são os funcionários e promete "sanear" as finanças enxugando a máquina, ou seja, demitindo.

Nas passeatas gigantescas que estas greves proporcionaram, no acampamento dos professores e nos atos públicos diversos cartazes demonstraram o sentimento do funcionalismo: "PMDB, nunca mais".

Vera Flores

## São Paulo

### As lições de uma vitória (José Dirceu, pág. 3)

Fátima Cristina Cardoso

